

Os intelectuais do capital e a expansão mercantilizada da educação superior brasileira

Alisson Slider do Nascimento de Paula¹, Kátia Regina Rodrigues Lima², Frederico Jorge Ferreira Costa³, Emmanoel Lima Ferreira⁴

Resumo

O presente estudo busca compreender os interesses do movimento dos intelectuais do capital para a educação superior brasileira. Optou-se por um estudo bibliográfico e documental, além de uso do método de análise dialético marxista por compreender a realidade como uma totalidade complexa, um todo articulado. Constatou-se que os intelectuais possuem papel determinante na tomada de ação acerca da direção da política de educação superior brasileira, operando diretamente na cultura da universidade estatal, bem como orquestrando um arcabouço político-jurídico para a realização da expansão das instituições privadas de educação superior. No limite, os intelectuais não se manifestam apenas como sujeitos individuais, todavia como sujeitos coletivos organizados, exemplo disso, os organismos internacionais do capital financeiro, com suas orientações para os países periféricos, expressam-se como intelectuais do capital em sua fase parasitária.

Palavras-chave

Intelectuais. Empresariamento. Educação Superior.

1. Doutorando em Educação pela Universidade Estadual do Ceará, Brasil; professor do Centro Universitário UNINTA, Ceará, Brasil. E-mail: alisson.slider@yahoo.com.

2. Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará, Brasil; professora da Universidade Regional do Cariri, Ceará, Brasil. E-mail: kareli20042004@yahoo.com.br.

3. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará, Brasil; professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará, Brasil. E-mail: frederico.costa@uece.br.

4. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, Brasil; professor da Universidade Regional do Cariri, Ceará, Brasil. E-mail: emmanoellima@yahoo.com.

The intellectuals of capital and the mercantiled expansion of brazilian higher education

Alisson Slider do Nascimento de Paula*, Kátia Regina Rodrigues Lima**, Frederico Jorge Ferreira Costa***, Emmanoel Lima Ferreira****

Abstract

The study seeks to understand the interests of the capital intellectuals' movement for Brazilian higher education. We chose a bibliographical study and document, besides using the method of Marxist dialectical analysis to understand reality as a complex totality, an articulated whole. It was verified that intellectuals play a decisive role in taking action on the direction of Brazilian higher education policy, operating directly in the culture of the state university as well as orchestrating a political-juridical framework for the expansion of private higher education institutions. At the limit, intellectuals are not only manifested as individual subjects; however, as organized collective subjects, for example, international financial capital organizations with their orientations towards peripheral countries express intellectuals of capital in their parasitic phase.

Keywords

Intellectuals. Entrepreneurship. Higher Education.

* PhD student in Education, State University of Ceará, State of Ceará, Brazil; professor at UNINTA University Centre, State of Ceará, Brazil. E-mail: emmanoellima@yahoo.com.br.

** Post-doctorate in Education, Federal University of Ceará, State of Ceará, Brazil; professor at Regional University of Cariri, State of Ceará, Brazil. E-mail: alisson.slider@yahoo.com.br.

*** PhD in Education, Federal University of Ceará, State of Ceará, Brazil; assistant professor at State University of Ceará, Brazil. E-mail: kareli20042004@yahoo.com.br.

****PhD in Sociology, Federal University of Ceará, State of Ceará, Brazil; professor at Regional University of Cariri, State of Ceará, Brazil. E-mail: emmanoellima@yahoo.com.

Introdução

A educação superior em escala global se tornou alvo dos grandes fundos de investimentos do capital financeiro. Essa nova configuração se dá em função das diversas metamorfoses do sistema metabólico do capital, decorrente de sua crise estrutural eclodida na década de 1970. A partir da constituição de um arcabouço jurídico-político, os interesses do capital se tornaram exequíveis para as instituições republicanas.

No Brasil, de um lado a universidade pública estatal sofre diversos ataques, de outro, políticas são implementadas e direcionadas em prol das Instituições Privadas de Educação Superior (IPES)⁵, ambos possibilitam que os interesses privado-mercantis localizem a educação superior como nicho de mercado altamente rentável. Essa lógica se realiza a partir de um movimento empresarial organizado. Deste modo, a partir da precisa atenção na função deste movimento, compreende-se que está localizado dentro da categoria dos intelectuais do capital. Em acréscimo, na concepção gramsciana, os intelectuais são um setor coletivo organizado. Nesse sentido, os organismos internacionais do capital financeiro orientam os movimentos empresariais para moldarem suas políticas consoantes a suas sugestões.

Com isso, pretende-se analisar a categoria dos intelectuais orgânicos do capital e quais são os interesses desse setor no âmbito local da educação superior brasileira, tanto na esfera pública como na privada. Os procedimentos metodológicos utilizados para tal empreendimento caracterizam uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois busca desvelar os elementos teórico-metodológicos

que traçam o objeto. Optou-se por um estudo bibliográfico e documental, através de literatura especializada nos temas abrangidos no referido trabalho, e documentos oficiais como leis, decretos e outros. O método de análise é o dialético por compreender o objeto em sua totalidade concreta, isto é, como síntese de múltiplas determinações (MARX, 2003).

Nesse sentido, na primeira seção, busca-se compreender os fundamentos no tratamento dos intelectuais a partir de um referencial gramsciano e marxista, e, dessa forma, desvelar os interesses subjacentes dos intelectuais do capital na educação superior. Na seção posterior, a análise se concentrará nas transformações da educação superior e na identificação dos intelectuais e seu modo de organização, isto é, a cultura da universidade estatal. Por fim, a terceira seção busca expor a forma e o conteúdo da expansão mercantilizada da educação superior brasileira. Portanto, o referido estudo intenciona compreender os interesses do movimento dos intelectuais do capital para a educação superior brasileira.

A questão dos intelectuais nos estudos de Antônio Gramsci

Gramsci é um autor com uma produção vasta e densa. Por isso, não pretendemos, dentro dos limites deste trabalho, esgotar a análise das categorias utilizadas pelo revolucionário italiano. Interessa-nos, por ora, examinar as categorias que possibilitam fundamentar a hipótese de que a tese dos reformadores empresariais da educação superior é forjada,

5. No que se refere às IPES, compreende-se como um polo composto por instituições: a) sem fins lucrativos e b) com fins lucrativos. O primeiro grupo compreende as instituições filantrópicas, confessionais e comunitárias, no segundo grupo compreendem-se as instituições com fins meramente particulares, isto é, privado/mercantil. Com efeito, a ênfase da análise será dada à lógica privada/mercantil da educação superior, contudo, ressalta-se que na análise de dados exposta nas tabelas do presente texto, as instituições privadas em análise compreendem tanto as sem fins como as com fins lucrativos.

política e teoricamente, pelos intelectuais orgânicos do capital. Portanto, limitar-se-á em discutir categorias gramscianas utilizadas no tratamento de múltiplas e heterogêneas manifestações do aparelho estatal e seu potencial como mecanismo de dominação de classe.

Em Gramsci, percebe-se que a atenção dada, em sua análise, ao tratamento do Estado é crucial para obter elementos de compreensão das metamorfoses operados hodiernamente. Ora, é através do Estado que são estabelecidas as relações de hegemonia entre as classes para que possa tornar exequível a “perpetuação” das relações materiais (SOUZA, 2009). Destarte, a burguesia realiza sua hegemonia a partir da coerção estatal, logo, o Estado é compreendido como um conjunto de ações teóricas e práticas que são utilizadas para manter a dominação burguesa, no entanto, utiliza-se também da conformação passivo-ideológica dos dominados. Baseado em Gramsci, Souza (2009, p. 14) assevera que:

o estado é força e consenso, ou seja, apesar de estar a serviço de uma classe dominante, ele não se mantém apenas pela força e pela coerção legal, pois sua dominação é bem mais sutil e eficaz. Por meio de diversos meios e sistemas, inclusive e principalmente, de entidades que aparentemente estão fora da estrutura estatal coercitiva, o estado se mantém e se reproduz como instrumento de uma classe, também construindo o consenso no seio da sociedade. Assim, Gramsci amplia a visão marxista de estado, interpretando-o como um ser que a tudo envolve, o qual é composto pela sociedade política e pela sociedade civil. Além disso, é necessário considerar o fato de que o estado assume determinadas formas que correspondem a um tipo particular de relações de produção, tendo em vista que só uma estrutura jurídico-política torna possível a reprodução das relações de produção.

O Estado/sociedade política executa a função coercitiva para a manutenção da ordem vigente através da força. Contudo, essa

lógica está para além do domínio militar, pois é também legalizado, bem como legitimado pelo ordenamento jurídico existente. Com isso, “o estado tende a criar e a manter certos tipos de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e hábitos e a difundir outros, o direito será o instrumento para este fim” (GRAMSCI, 1976, p. 96).

As duas situações em que a coerção garante a manutenção da ordem vigente são: 1) no controle da classe de trabalhadores que não consentem o domínio dos setores burgueses, assim, engendra-se uma contradição a partir do período de avanços das relações socioeconômicas, desse modo, a burguesia utiliza a coerção para garantir seu predomínio; 2) nos períodos de crise do capital, a burguesia, não conseguindo controlar a sociedade civil, se respalda na sociedade política para alcançar e garantir seu predomínio (PORTELLI, 1977).

Gramsci compreende que a composição da sociedade se dá por meio de organizações privadas que são instituições como: igreja, escola, exército etc. Essas instituições constituem relações que tornam exequível a construção de uma hegemonia de um setor social diante de um conjunto da sociedade (SOUZA, 2009).

No que concerne ao Estado, Gramsci destaca a diferença conceitual de Estado estreito ou unilateral e o Estado amplo ou integral. O primeiro diz respeito ao *modus operandi* do Estado apenas como um instrumento coercitivo e econômico. Assim, a dominação de um grupo sobre o outro se daria através do exército, da polícia e da burocracia. O segundo, na ótica de Gramsci, incorpora o problema da hegemonia. Portanto, a definição do Estado amplo ou integral define-se assim:

O estado integral pressupõe a tomada em consideração do conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre a sociedade, a maneira como ela poderá realizar sua “hegemonia”, ainda que

ao preço de “equilíbrios de compromisso”, para salvaguardar seu próprio poder político, particularmente ameaçado em períodos de crise. (BUCI-GLUCKSMANN apud SOUZA, 2009, p. 17).

Com isso, a relação sociedade civil e Estado se constitui enquanto unidade dialética, em que consenso e coerção são colocados como elementos permanentes. Ora, a concepção de que apenas o consenso ou a coerção constitui a base da hegemonia é totalmente falaciosa. “A divisão dos poderes, toda a discussão havida para a sua efetivação, e o dogmatismo jurídico derivado do seu advento constituem o resultado da luta entre sociedade civil e a sociedade política de um determinado período histórico” (GRAMSCI, 1976, p. 95).

Assim,

A relação dialética entre sociedade civil e sociedade política está ligada às formas que assumem os movimentos orgânicos e os fenômenos conjunturais no interior do bloco histórico. Os movimentos orgânicos são caracterizados por relações relativamente permanentes, que não são momentâneas. Esses movimentos representam a ideologia e a política dos diversos grupos sociais. (SOUZA, 2009, p. 18).

Consoante à compreensão de Souza (2009), a sociedade civil pode ser compreendida como a ideologia constituída por setores/ organizações sociais privados, tendo essa a finalidade de sistematizar os grupos sociais. Além disso, a sociedade política obtém coerção, bem como consentimento, por isso o autor denota para a compreensão do movimento orgânico da relação envolvendo estrutura e superestrutura

no interior do bloco histórico. Deste modo, a relação de uma com a outra é mediada pelo setor social responsável por gerir a superestrutura do bloco histórico, os intelectuais⁶.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo e de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhes dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. (GRAMSCI, 1995, p. 7).

Nos *Cadernos de Cárceres 1*, Gramsci empreende uma análise acerca das várias origens e estruturas das camadas de intelectuais. Para o autor, no excuro de suas reflexões que tratam da questão campo/cidade, bem como as coalizões de classes na Itália no início do século XX, os intelectuais são concebidos como parte da “pequena e média burguesia rural, como sujeitos do Estado que exercitavam a função de intermediação entre os cidadãos e a administração em geral e evidenciam a mudança na posição e na função dos intelectuais com o desenvolvimento do capitalismo” (DURIGUETTO, 2014, p. 269).

Gramsci afirma ainda que,

Em todos os países, o estrato dos intelectuais foi radicalmente modificado pelo desenvolvimento do capitalismo. O velho tipo de intelectual era o elemento organizador do Estado e o comércio, a classe dominante treinava um tipo específico de intelectual. A indústria introduziu um novo

6. De acordo com Gramsci (1989, p. 9), “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. [...] Não existe atividade humana a qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar”.

tipo de intelectual: o organizador, técnico, o especialista da ciência aplicada. Nas sociedades em que as forças econômicas se desenvolveram em sentido capitalista, até absorver a maior parte da atividade nacional, predominou este segundo tipo de intelectual [...]. Ao contrário, nos países em que a agricultura exerce ainda um papel muito importante ou mesmo predominante, continua a prevalecer o velho tipo, que fornece a maior parte dos funcionários estatais; mesmo na esfera local, na vila e na cidadezinha rural, este tipo exerce a função de intermediário entre o camponês e a administração em geral. (GRAMSCI apud DURIGUETTO, 2014, p. 269).

Nessa acepção, para Gramsci, a função dos intelectuais é mediar às contradições existentes entre sociedade civil e sociedade política, noutros termos, entre classes fundamentais e o Estado. Na busca de explicitar a função dos intelectuais na vida social, recorreremos mais uma vez ao revolucionário italiano, que assinala que: “Por intelectuais, deve-se entender todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo” (GRAMSCI, 2004, p. 96).

Em acréscimo, no empreendimento analítico gramsciano acerca da história das correntes políticas partidárias que constavam no desenvolvimento do *Risorgimento* italiano⁷ e suas relações com as classes, Gramsci constata que essa processualidade culminou na revolução passiva⁸ a partir da direção política dos moderados. No limite, é no decurso dessa reflexão que Gramsci alega que uma classe dirige as classes e frações de classes aliadas, além de dominar as adversárias, contudo, sendo isso exequível apenas com a função intelectual

diretiva:

a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter, inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente”. (GRAMSCI, 2004, p. 63).

Com isso, o autor ainda afirma: “não existe uma classe independente de intelectuais, mas todo grupo social tem uma própria camada de intelectuais ou tende a formar uma para si” (GRAMSCI, 2004, p. 64). É lícito acrescentar que, no âmbito da política educacional, em especial da educação superior, esse mesmo processo se realiza. Contudo, é preciso empreender uma análise acerca da interferência dos intelectuais no âmbito das decisões das políticas de educação superior no Brasil. É o que se pretende nos itens subsequentes, dando ênfase na universidade estatal e nas instituições privado-mercantis.

A intervenção dos intelectuais do capital na cultura da universidade estatal

A predominância do setor privado-mercantil no âmbito da política educacional brasileira deve ser considerada como eixo norteador de nossa análise na busca da identificação da intervenção dos intelectuais do capital no contexto educacional do país. Para

7. Classificaremos, grosso modo, o Partido da Ação e o Partido dos Moderados.

8. Na compreensão de Coutinho (1991, p. 119-136), a processualidade da revolução passiva decorre em duas formas: a negação da classe dominante em constatar uma real possibilidade de uma metamorfose social dos de “baixo para cima”, essa negação culmina na restauração do equilíbrio anterior, além de revigorar suas ações sociais, gerindo, inclusive, demandas das camadas populares que decorre no aumento do poder de controle e cooptação por parte da classe dominante.

isso, é necessário um posicionamento teórico-metodológico que seja capaz de problematizar essa predominância em um cenário de metamorfoses do sistema metabólico do capital, bem como dos modos de sistematização e funcionamento do Estado na constituição de políticas para a educação superior de interesse do capital. Os organismos internacionais do capital financeiro orientam, a partir de suas concepções, que a educação superior dos países da periferia capitalista passe a ser “educação terciária”. Em acréscimo, o Banco Mundial, em seus documentos oficiais, confirmam a tese da privatização e empresariamento da educação superior e a mercadorização educacional.⁹

A reforma universitária, estabelecida em 1968 no Brasil, através da Lei nº 5.540/68, se desdobrou sob viés do regime civil-militar, acarretando diversas complicações para o ensino superior público, com medidas em prol da expansão do setor privado-mercantil educacional. A lógica da política nacional esteve articulada ao capital norte-americano. No âmbito universitário, a dita modernização da educação superior trilhou o caminho do padrão universitário estadunidense, “com raízes aqui desde a década de 1940, quando a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA)” (AVILA; LÉDA; VALE, 2012, p. 149).

Nesse percurso, a denominada “Aliança para o Progresso” foi realizada, sobretudo por meio da articulação com a Agency for International Development (AID). Com efeito, houve influência da United States Agency for International Development (USAID), mormente no que tange sua assistência financeira e técnica voltada para reestruturação do sistema educacional do Brasil, por meio de diversos acordos com o MEC.

9. A exemplo de Avila, Léda e Vale (2012), é preciso diferenciar os conceitos utilizados, ainda que estejam intimamente relacionados. O termo privatização corresponde ao predomínio dos interesses particulares sobre os públicos em suas diversas possibilidades. Por seu turno, empresariamento diz respeito, segundo Neves (2002), à uma concepção empresarial de um estabelecimento de educação. Por fim, mercadorização tratar-se-á do processo que metamorfoseia a educação superior em um bem comercializável, isto é, um instrumento de acumulação lucrativa para o capital, de acordo com Sguissardi (2008).

Uma das sugestões dos especialistas da Usaid, em relação à educação superior, versava sobre a necessidade de racionalização de estruturas administrativas para reduzir a capacidade ociosa e os obstáculos do sistema, bem como estimular as carreiras técnicas necessárias para um pronto atendimento do mercado. (CARVALHO apud AVILA; LÉDA; VALE, 2012, p. 151).

Do acordo MEC-Usaid, decorreu a expansão da educação superior privada-mercantil, da pós-graduação, a reorganização interna das universidades a partir do modelo departamental e das matrículas por componente curricular do curso, ou seja, regime de créditos, e a constituição da Universidade de Brasília (UnB). Essa agência americana, que já dava o ar da graça no Brasil na década de 1960, na processualidade do regime civil-militar, é caracterizada, como veremos mais adiante, como um tipo de intelectual do capital financeiro em pleno movimento da internacionalização capitalista. Essa herança perdura até os dias atuais, sendo a raiz de diversos problemas.

A formação da cultura da universidade estatal, a partir da década de 1990, se dá no interior de um movimento maior, movimento esse, articulado diretamente com as estruturas do sistema de capital. No contexto global, essa cultura se concretizou em tempos diferentes, tal cultura modificou drasticamente o aparelho de Estado e as instituições republicanas. Isso, em decorrência das metamorfoses estruturais da ciência, tecnologia, da economia. Para Silva Junior e Mancebo (2016, p. 93), a “atual cultura das universidades está sendo produzida há tempos, embora tenha se tornado mais visível no século XXI”, destacando também, “se ela se expressa nas reformas, políticas e nos

programas para a universidade, antes de mais nada, ela é produzida pelos intelectuais da própria universidade que nela ocupam posições ou em órgãos de Estado nas distintas esferas administrativas”.

Silva Junior e Mancebo (2016) são diretos na busca de identificar a localização dos intelectuais que engendram a nova cultura das instituições republicanas, em especial da universidade estatal. Contudo, o que se pode identificar como intelectuais da própria universidade? Seriam os intelectuais que atuam como professores/pesquisadores nos cursos de graduação e pós-graduação em pleno exercício do “trabalho intelectual/imaterial”? Ou em sentido lato, os próprios sujeitos coletivos que ocupam cargos em setores e órgãos de grande influência no cenário político? Ora, parece-nos que tanto o primeiro como o segundo configuram, ainda com várias mediações, a categoria dos intelectuais que estão vinculados aos interesses do capital internacional, atuando dentro e fora da educação superior.

Nessa acepção, essa nova cultura pode ser disseminada por diversos meios, além de seu pilar ser a grande articulação com a ideologia da eficiência, “concretizado na diminuição do *gap* entre a ciência e a tecnologia: inovação” (SILVA JÚNIOR; MANCEBO, 2016, p. 93). A ideologia da eficiência é o fundamento político que efetiva e impulsiona a incessante busca da inovação, traduzidos na lógica política de Margaret Thatcher e Ronald Reagan. É lícito, portanto, a caracterização de que os novos intelectuais que operacionalizam o movimento de reordenamento e institucionalizam a nova cultura universitária estão situados historicamente no cenário de uma economia mundializada e organizada por formações sociais com estágios do capitalismo com desenvolvimento desigual e combinado.

10. Não necessariamente.

11. Instituições partidárias não significa, necessariamente, ser um partido político, contudo, uma instituição que tenha “lado”, que possua interesses no seio da sociedade.

O âmbito universitário sob o véu dessa nova cultura é expresso por Silva Júnior e Mancebo:

Esta é a geração da referida década de 1990 que se constitui os novos intelectuais que irão produzir a universidade. Este professor é, antes de tudo, passivo e passível em oferecer seu trabalho à venda e dará tudo para publicar muito para poder vender muito e bem, e, neste processo, consolidar a nova cultura universitária, central para a atual forma histórica de hegemonia. [...] Por outro lado, as universidades estatais sofreram muitas mudanças nesse período [...]. O capitalismo acadêmico ou a concepção de ciência acadêmica como motor da economia passaram a guiar as *New American Universities*. (SILVA JÚNIOR; MANCEBO, 2016, p. 93-94).

Este cenário engendra um processo de deterioração das condições das atividades laborativas dos professores, “labor acadêmico” (DE PAULA, 2016). Altbach (2003) classifica quatro tendências que tornam possível esse cenário: 1) massificação da educação superior; 2) *accountability*; 3) privatização; 4) comercialização. Todas essas tendências são exequíveis no Brasil em função da redefinição do papel do Estado, bem como a reforma da educação superior. Com o país aderindo aos anseios do capital financeiro internacional, além do novo pacto sociopolítico, compreende-se que os intelectuais possuem papel determinante nessas reformas.

Destarte, nos remetendo à categoria dos intelectuais, Gramsci, para o qual foi dada atenção especial na primeira seção, não vê o intelectual no sentido convencional, no caso específico, dentro de uma sala de aula longe dos processos da totalidade. Com efeito, os intelectuais atuam, tipicamente¹⁰, em instituições partidárias¹¹. Essas instituições são quase sempre “aparelhos privados de hegemonia”, e a educação é um setor crucial

para a ação dos intelectuais do capital. Com efeito, “a universidade estatal tornou-se um aparelho privado de hegemonia privilegiado para a disseminação do movimento que vem sendo analisado há duas décadas” (SILVA JÚNIOR; MANCEBO, 2016, p. 95).

É lícito destacar que esses intelectuais constituíram a universidade estatal do século XXI. Mesma universidade que consolida a lógica da hegemonia às avessas (SILVA JÚNIOR; ANELLI JÚNIOR; MANCEBO, 2014; DE PAULA, 2016). O reordenamento universitário se efetua na direção das exigências históricas que foram apontadas para o Brasil desde a década de 1980. Consoante a Silva Júnior e Mancebo (2016, p. 96), “são os ‘intelectuais’ os responsáveis pelas principais mudanças ocorridas nessa instituição no país. No caso específico, a universidade foi reformada em condições objetivas, porém nela atuaram intelectuais e nela intelectuais foram formados para reproduzi-la”.

Nesse sentido, portanto, compreende-se que a respeito dos intelectuais, esses possuem papel determinante na tomada de ação acerca da direção que as instituições republicanas seguem. Vale ressaltar que, os intelectuais não se manifestam apenas como sujeitos individuais, todavia, como sujeitos coletivos organizados. Exemplo disso são os organismos internacionais do capital financeiro que com suas orientações para os países periféricos simbolizam bem os intelectuais do capital em sua fase parasitária em que se opera o “modo de acumulação por espoliação” (HARVEY, 2014, p. 21).

No limite, a intervenção dos intelectuais coletivos do capital não se circunscreveu em metamorfosear apenas a cultura das universidades estatais, contudo, as Instituições Privadas de Educação Superior (IPES) foram alvo de grande intervenção desses intelectuais no trabalho direto da educação-mercadoria, bem como seu processo de expansão mercantilizada.

A expansão mercantilizada da educação superior brasileira orientada pelos intelectuais do capital

Nesta seção, analisar-se-á a processualidade da expansão mercantilizada da educação superior brasileira que foi orquestrada pelo setor dos intelectuais coletivos do capital, em especial do financeiro. É dado destaque à burguesia do setor financeiro por compreender a categoria “educação-mercadoria” como seu eixo catalizador (RODRIGUES, 2007). Ora, os empresários da educação superior utilizam a comercialização de cursos de nível superior na busca de extração de lucros a partir destes serviços, nos quais se tornaram exequíveis para a iniciativa privada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.393/96, na qual compreende a educação como um serviço público. Deste modo, se um estabelecimento privado oferta esse tipo de serviço, pressupõe-se que está ofertando serviço público. Portanto, cria-se a possibilidade do financiamento público no setor privado.

Nessa acepção, destaca-se a corrosão das fronteiras entre o público e o privado por compreender que a partir dos programas Universidade Para Todos (ProUni) – em vigor pela Lei nº 11.096/05, possibilitando isenções fiscais¹² às Instituições Privadas de Educação Superior (IPES) que a aderissem – e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) – um programa do governo Cardoso, contudo, potencializado pelo governo Lula da Silva – nos quais ofertam “vagas públicas” para os setores mais subalternizados.

Esse processo possibilitou uma expressiva expansão de instituições e de vagas discentes nas IPES. De acordo com a tabela 1 é possível constatar a assimetria comparativa entre a quantidade de Instituições de Educação Superior (IES) públicas com as IPES.

12. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social.

Tabela 1 – Quantidade de IES conforme categoria administrativa (2009-2013).

Ano	Municipal	Estadual	Federal	Total de Públicas	Privadas
2009	67	84	94	245	2.069
2010	71	108	99	278	2.100
2011	71	110	103	284	2.081
2012	85	116	103	304	2.112
2013	76	119	106	301	2.090
Δ 2009-2013	13,43%	41,67%	12,77%	22,86%	1,01%

Fonte: InepData – Consulta de Informações Educacionais¹³.

No tratamento da Tabela 1, observa-se que, no período de 2009 a 2013, houve um crescimento significativo de IES no Brasil. Contudo, há um crescimento superior por parte das IES públicas quando constata-se um crescimento relativo de 22,86%, sendo que houve um crescimento na ordem de 13,43% nas IES municipais, 41,67% nas estaduais e 12,77% nas federais. No que tange às IPES, houve um crescimento mínimo de 1,01%. Todavia, a grande diferença que expressa na quantidade de IES está centrada na quantidade de IES públicas em comparação com as IPES. As IES públicas representam apenas 14,4% da quantidade de IES no Brasil, o que evidencia uma grande assimetria envolvendo o setor público estatal e o setor privado-mercantil.

Com efeito, concernente à quantidade de

matrículas discentes nas IES públicas, houve um crescimento variável de 88,87%, representando um crescimento de 60,75% nas matrículas das municipais, 6,59% nas estaduais, e 35,56% nas federais. Nas IPES, por seu turno, o crescimento variável foi da ordem dos 20,83%, resultando, em 2013, 5.389.948 matrículas. A despeito das IES públicas apresentarem expressivo crescimento na quantidade de matrículas discentes, as IPES ainda se mostram com a grande concentração das matrículas (INEP, 2013).

Essa expansão se tornou concreta a partir da efetivação do ProUni e do Fies, programas que, na aparência, atendem a um setor da classe trabalhadora, contudo, se trata de investimento público no setor privado-mercantil. Conforme a Tabela 2, é possível identificar o montante de gastos tributários que a União teve com o ProUni.

13. Disponível em: <<http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?PortalGo>>. Acesso em: 21 maio 2017.

Tabela 2 - Gastos tributários da União com o ProUni (2005-2014).

Ano	ProUni
2005	177.086854
2006	343.789.715
2007	535.882.639
2008	631.266.786
2009	735.511.137
2010	762.939.552
2011	698.659.132
2012	890.479.903
2013	830.190.930
2014	625.001.269
Total	5.400.616.987

Fonte: BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (Gastos Tributários) – PLOA 2014.

Observa-se, na Tabela 2, que desde 2004 gerou-se um gasto tributário a partir do ProUni da ordem dos R\$ 5 bilhões, havendo, desta forma, um aumento relativo à 352,93% dos recursos destinados ao programa. Na mesma direção, o Fies se apresenta como uma grande ponte de financiamento/empréstimo público para o setor privado.

Tabela 3 – Evolução dos empréstimos do FIES (2003-2014).

Ano	FIES
2003	1.341.626.724
2004	1.237.629.607
2005	1.305.932.989
2006	1.455.157.896
2007	1.490.535.757
2008	1.699.753.769
2009	1.922.681.718
2010	2.276.285.230
2011	3.052.490.346
2012	3.962.044.038
2013	8.372.431.851
2014	12.528.635.389
Δ 2003-2014	833,84%

Fonte: Chaves (2015), adaptado de Portal Orçamento do Senado Federal.

A partir dos dados expostos pela Tabela 3, compreende-se que, no período 2003-2014, o montante de recursos públicos direcionado ao Fies foi além dos R\$ 47 bilhões, obtendo, deste modo, uma evolução de 883,84% nas despesas da União com o Fies. Em acréscimo, o Fies tem contribuído de modo eficaz para o funcionamento das IPES. “Com a injeção dos recursos do FIES, as IES privadas têm garantido o pagamento das mensalidades de uma grande parcela de estudantes, o que favorece a expansão desse setor” (CHAVES, 2015, p. 438).

A partir desses programas evidencia-se a grande expansão mercantilizada da educação superior brasileira¹⁴, contudo, foi a partir de 2003 com a implementação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que se constituiu um grupo de intelectuais do capital no qual foram incumbidos de avaliarem a educação superior brasileira e apresentar um diagnóstico a realidade desse setor educacional. O GTI, fortemente centralizado pela ideologia neoliberal, em seu diagnóstico alegou a maior eficácia do setor privado, portanto, das IPES, e nesse excuro, preconizaram a necessidade de uma reforma da educação superior brasileira, estando em acordo com os intentos dos organismos internacionais.

No limite, pressupõe-se que, a partir da expansão das IPES, bem como a quantidade de matrículas discentes nesse setor, sua função possui mais identidade centrada em um processo de certificação em larga escala do que no compromisso com desenvolvimento socioeconômico da nação dentro dos limites da formação humana, isto porque se constata o crescimento exponencial dos cursos na modalidade a distância, de tempo de formação reduzido. Nessa acepção, o conceito de “democratização” não é coerente com o contexto ora situado, todavia, o conceito de

“massificação” da educação superior privada se encaixa melhor nessa lógica.

Nesse sentido, portanto, é através do movimento dos intelectuais do capital a partir da mediação entre as classes com o Estado que é possível, na esfera da aparência, obter o consentimento dos setores mais populares a partir da suposta oferta de vagas públicas pelo ProUni e Fies, contudo, na esfera da essência, esse movimento tem contribuído a priori aos interesses do capital, localizando a educação superior como um nicho de mercado lucrativo para os empresários da educação.

Considerações finais

Este estudo buscou expor alguns pontos acerca da atuação dos intelectuais na construção de uma nova cultura universitária implementada ao longo do século XXI. A atividade intelectual realizada por esses sujeitos, coletivos organizados, expressa a compreensão de trabalho imaterial. Os intelectuais do capital se expressam, nesse trabalho, como uma categoria organizada e avançada, tendo como grande expressão no âmbito da educação superior os organismos internacionais.

Não obstante intelectuais do capital se expressarem de modo mais concreto nos organismos internacionais, suas orientações possuem um alcance global em virtude da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996). No Brasil, o GTI assumiu a função de avaliar a educação superior sob uma ideologia neoliberal/eficiente e encaminhou sugestões baseadas nas orientações dos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial. Nesse processo, realizaram-se intervenções na busca de metamorfosear a cultura das universidades estatais, bem como se realizou

14 Além da expansão efetivada pelo ProUni e Fies, o programa Reuni e a implementação da política de EaD, a partir da Universidade Aberta do Brasil (UAB), tem contribuído nesse processo de efetivação também. Todavia, esses programas estão mais centrados nas IES públicas, em especial as federais, por isso, por estarmos dando ênfase na categoria “educação-mercadoria”, nos concentramos, neste trabalho, nos empresários da educação superior.

uma expansão mercantilizada da educação superior concentrada nas IPES, beneficiando diretamente os empresários da educação.

É lícito destacar que, assim como no capital, os setores populares possuem também seus intelectuais. Contudo, a correlação de forças não é favorável, logo, a expressão do balanço da luta de classes em escala global se expressa em um grande contra-ataque à classe trabalhadora. Todavia, as contradições entre capital e trabalho estão postas em um movimento de luta e

resistência em todos os setores da vida humana.

O referido trabalho trata de uma pesquisa maior em curso, trazendo nesse primeiro momento alguns resultados de análises teóricas acerca da atuação dos intelectuais no “modo de acumulação por espoliação” do capital financeirizado. Não há pretensões de esgotar essa temática, logo, os limites deste trabalho não possibilitam e nem se trata de um objeto da pesquisa, contudo, pretende contribuir para o debate acerca da educação superior brasileira.

Referências

AVILA, S.; LÉDA, D. B.; VALE, A. A. Configurações do setor privado-mercantil na expansão da educação superior privada: notas para a análise do trabalho docente. In: MANCIBO, D.; SILVA JÚNIOR, J. R. (Orgs.). **Trabalho docente e expansão da educação superior brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 145-182.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. **Demonstrativo dos gastos governamentais indiretos de natureza tributária** (Gastos Tributários) – PLOA 2014. Disponível em: <<https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/gastos-tributarios/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2014>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

CHAVES, V. L. J. Política de financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 17, p. 427-441, 2015.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.

DE PAULA, A. S. N. Labor acadêmico, universidade e contra ofensiva do capital. **Textos e Debates**, Boa Vista, v. 2, n. 30, p. 69-79, 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.18227/2217-1448ted.v2i30.2886>.

DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a04n118.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos (1917-1933)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 196 p.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 444 p.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2014. 349 p.

NEVES, C. E. B. Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU). **Educação em Revista (UFMG)**, Belo Horizonte, v. 35, p. 125-140, 2002.

INEP – Instituto Nacional e Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2013**: resumo técnico. Brasília: INEP, 2015.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 142 p.

RODRIGUES, J. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007. 112 p.

SENADO FEDERAL. **Demonstrativos da execução orçamentária: 2003-2014**. Portal Orçamento (Siga Brasil). Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento>>. Acesso em: 12 maio 2016.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302008000400004>.

SILVA JÚNIOR, J. R.; ANELLI JÚNIOR, L. C.; MANCEBO, D. O lulismo e a mudança da natureza do trabalho docente. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 8, n. 1, p. 106-118, 2014. doi: <http://dx.doi.org/10.14244/198271991016>.

SILVA JR, J. R.; MANCEBO, D. Considerações sobre a universidade (nos Estados Unidos e Brasil) e a financeirização da economia mundial. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 91-100, 2016. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/17028/11677>>. Acesso em: 15 maio 2016.

SOUZA, A. R. de. O estado moderno e o papel dos intelectuais em Gramsci. **Verinotio**, Belo Horizonte, Ano V, n. 10, out. 2009. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.82179644966665.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

Submetido em 2 de junho de 2017.

Aprovado em 17 de setembro de 2017.